

Pressupostos Ideológicos da Casa Actual

*O Espaço como Veículo do Ideário Moderno*¹

Sandra Marques Pereira *

Resumo: Este texto analisa a doutrina subjacente ao chamado Movimento Moderno (MM) da Arquitectura e a sua influência na determinação das formas espaciais contemporâneas, em particular ao nível da habitação. ● seu desenvolvimento é perspectivado como resultante de dois objectivos aparentemente distantes: o projecto social que materializa os pressupostos emancipatórios modernos por via do espaço; o projecto disciplinar que visa o reforço do poder pericial da arquitectura no contexto de uma sociedade técnica e cientificamente especializada. Estes dois objectivos consagrar-se-ão através da construção de um paradigma de regulamentação funcional e simbólica das várias componentes do sistema espacial; o entendimento dos espaços contemporâneos não pode portanto omitir este paradigma, que foi estando sujeito a uma enorme diversidade de leituras pelos diversos actores envolvidos na construção do espaço urbano.

Palavras-chave: habitação e sentido; modelos espaciais dominantes; movimento moderno.

Projecto Social de Emancipação e Instrumento de “Empowerment” Disciplinar

● Movimento Moderno² desenvolveu-se como uma solução doutrinária para um problema eminentemente social e político; progressivamente, viria a afirmar-se como um poderoso instrumento pericial de regulamentação do espaço, nas suas várias dimensões, a saber: a) a casa ou o fogo; b) o edifício; c) o bairro; d) os equipamentos; e) a cidade. Tendo surgido no início do século XX, o MM prefigura uma “apropriação” por parte do campo da arquitectura do desígnio emancipatório Iluminista que, para muitos, fora estiolado pela Sociedade Industrial. Mas foi essencialmente o seu carácter instrumental que lhe conferiu poder de

operacionalização, permitindo a sua aplicação significativa nos espaços de vivência das Sociedades Modernas.

Tão influente, quanto polémico, o MM torna-se mais facilmente compreensível se fizermos uma distinção entre os seus fins e os meios utilizados para a prossecução desses fins. Assumindo-se na linha de Foucault (1997) a genuinidade das intenções progressistas desta doutrina, que vem contrariar muitas opiniões que a perspectivam como um instrumento deliberado de reforço do capitalismo e da burguesia (Adorno, Gartman, Paravacini), considera-se assim a emancipação do Homem como o seu fim efectivo. De facto, trata-se de uma linha de pensamento que surge no contexto social e político de denúncia das

* Bolseira FCT a realizar Tese de Doutoramento em Sociologia no ISCTE. Contacto: sandramarquespereira@hotmail.com

¹ Se as pesquisas sobre o Movimento Moderno em Portugal são muito variadas no âmbito da Arquitectura, o mesmo não se passa na Sociologia. Este texto enquadra-se numa Tese de Doutoramento sobre a diferenciação habitacional no contexto da sociedade contemporânea. A questão da relação entre o sentido e o espaço construído é pois fulcral na análise: por um lado para detectar os pressupostos culturais que estão na base dos tipos habitacionais dominantes e por outro para, numa fase posterior, se equacionar de que modo os estilos de vida emergentes na sociedade contemporânea se podem materializar em formas habitacionais condizentes. O que nos ocupa neste texto é essencialmente o sentido intencional (pretendido) para o espaço, “intended meaning” (Lawrence, 1987), de um dos grupos envolvidos na sua produção – os arquitectos; reconhecemos a existência de outros actores intervenientes no processo produtivo também eles portadores de intenções específicas, mais ou menos conscientes, e cujo impacto da acção não é minimamente menosprezável; reconhecemos ainda que o sentido pressuposto a montante (produção) não coincide com o sentido percebido – “perceived meaning” – pelo utilizador no período pós-ocupacional; mas a focalização do nosso interesse no “sentido pretendido” para o espaço por parte dos arquitectos em particular justifica-se pela emergência de uma cultura tecnicista que caracterizou o processo produtivo deste bem, sobretudo a partir de meados do século XX – no caso português, notamos que a apreensão desta cultura terá florescido essencialmente no sector público e só muito mais tarde terá sido incorporada pelo sector privado.

² A partir de agora designado MM.

condições urbanas e habitacionais decorrentes da sociedade industrial, em particular no que toca ao alojamento das massas.

A análise cuidada dos seus pressupostos mais específicos, e sobretudo, dos seus meios, evidencia um outro objectivo cujo grau de premeditação é difícil de apurar: trata-se de conferir poder social e pericial ao campo da arquitectura no contexto de uma sociedade progressivamente especializada³. A condição prévia que dota a arquitectura de um poder efectivo reside na convicção partilhada pelo pensamento científico, social e político oitocentista de que o espaço físico (o ambiente ou o meio) tem a capacidade de determinação absoluta dos indivíduos. Contudo, a realização plena da reedificação do campo disciplinar da arquitectura conferida oportunamente por este empolamento do poder social do espaço, debatia-se com duas questões, uma entendida como um constrangimento e a outra como uma potencialidade.

A primeira questão diz respeito ao conceito de arte dominante no período em causa e ao seu entendimento como algo fundamentalmente dissociado da realidade: seria Kant, na sua *Crítica do Julgamento* de 1794, quem iria definir o conceito moderno de estética, postulando a incompatibilidade entre o utilitário, intrinsecamente comprometido com um fim específico, e o belo, resultado da plena autonomia criativa e obrigatoriamente desvinculado de uma lógica instrumental (Forty, 2000). Assim, a arte em geral, e a arquitectura em particular, porque perspectivadas neste sentido kantiano, começam a ser criticadas pelos seus novos protagonistas justamente porque remetidas para o domínio da “não-intervenção”, por assim dizer. Neste sentido, afigura-se que a redefinição do conceito de arquitectura passa, desde logo, pela própria redefinição do conceito de arte – o que de resto se apresenta como um anseio de muitos dos

protagonistas de outros domínios artísticos da época, nomeadamente a pintura ou a literatura⁴.

A segunda questão, que se apresenta simultaneamente como uma potencialidade para ultrapassar este bloqueio disciplinar, decorre da emergência do poder da razão prática, objectivada no desenvolvimento da ciência e da técnica. E é no contexto deste esforço de articulação e síntese de dois domínios dificilmente compatíveis – a arte, por um lado, e a ciência e técnica, por outro – que nasce o campo da Arquitectura Moderna.

A via encontrada para a resolução deste paradoxo passou, em primeira instância, pela transformação das regras de intervenção no espaço: ao atribuir o primado à função, enquanto directriz de determinação das formas espaciais, a Arquitectura Moderna conferiu a si própria um desígnio utilitário e envolveu-se na esfera do quotidiano; neste sentido, conquistou a legitimidade necessária para se assumir como um projecto social, uma espécie de braço pericial da revolução, responsável pela sua consumação por via do espaço (Kopp, 1999).

O entendimento da função, ou seja das práticas sociais e individuais ancoradas no espaço, baseia-se no entanto numa determinada perspectiva do social: para os arquitectos que iniciaram o MM, tal como para os seus contemporâneos, a sociedade é simultaneamente objecto de crítica e matéria central de um projecto civilizacional, é ao mesmo tempo o fundamento e o objecto das “narrativas globais” da Sociedade Moderna. Mas é-o numa perspectiva determinada: essas narrativas são agora construídas em nome e (desejavelmente) pela via da razão. Todas elas partem de um mesmo postulado: o da universalidade. Enquanto pressuposto, a universalidade concretiza-se numa concepção do ser humano como tipo único, sendo pensado como uma espécie com características específicas, mas homogéneo em si mesmo.

³ Gartman (2000) considera que a emergência do MM se deve a uma luta pelo poder por parte da ala cultural da burguesia, que na Europa, contrariamente aos EUA, se viu completamente excluída do “empresariamento” industrial. Para este autor, a burguesia industrial europeia teve que se defrontar com fortes resquícios do Antigo Regime e da cultura aristocrata, o que a limitou na prossecução de uma indústria de massas, e ao mesmo tempo impossibilitou-a de perceber o conceito de eficácia capitalista americana decorrente da integração de uma cultura pericial e tecnocrata. A adopção por parte deste autor de um paradigma analítico neo-marxista vem, na nossa perspectiva, adular a sua própria análise sobre a questão, que se afigura parcial e unilateral; isto, torna-se particularmente desconcertante na medida em que assenta sobre a (convicção) da identificação do sentido exacto das intenções de todos os protagonistas desta doutrina, como se a racionalidade dos seres humanos fosse uma e indelevelmente oportunista (só no caso das classes dominantes, claro).

⁴ Esta questão é nomeadamente a relação entre o Movimento Moderno e o discurso emergente nos restantes domínios artísticos é muitíssimo explorada pela generalidade dos textos de arquitectos que trabalham o assunto (Ragon, 1986; Frampton, 1993; Tostões, 2002, só para citar alguns), o que vem engrossar os argumentos daqueles que enquadram esta área no campo das artes.

Enquanto fim, a universalidade traduz-se num desejo de criar um Homem Novo através da construção de modelos-tipo de sociedade ideal reproduzíveis por todo o globo terrestre. Entre a universalidade-pressuposto e a universalidade-fim surge a ciência e a técnica: ou seja, é pela via da adopção de métodos de pesquisa científica e de produção industrial que, neste caso, os arquitectos modernos irão consolidar o seu projecto, conferindo ao seu campo disciplinar a legitimidade necessária à sua reedificação e reconhecimento numa sociedade marcada pela segmentação e especialização racional e científica.

O MM irá assim afirmar-se como um instrumento poderoso na regulamentação das condições de vida das pessoas: ao reivindicar a pericialidade do domínio das funções (práticas) ancoráveis no espaço, equacionando-as de um ponto de vista universal. De facto, não se trata apenas de definir as práticas, entendidas como socialmente homogéneas, porque referentes a um Homem tipo, mas as condições correctas para o seu exercício, o que é visto como requisito para a construção do Homem Novo, um Homem livre. Tudo isto aponta para a conquista daquilo que Habermas define como poder social, entendido como o domínio sobre as práticas do “mundo da vida”.

Abordagens Precursoras do Habitat Moderno: o poder reprodutivo, emancipatório e subjogador do espaço

Para se perceber os termos de formatação dos modelos de habitat propostos pelo MM, não podemos omitir a abordagem da questão da habitação ainda no século XIX, estruturada em torno de três eixos fundamentais:

- i. o da programação do espaço privado da habitação.
- ii. o da higienização do alojamento e da cidade.
- iii. o do habitat colectivo unitário⁵.

Programação Funcional do Fogo: as potencialidades normativas da forma espacial

O surgimento do interesse pela temática da composição e estruturação do fogo conduz ao desenvolvimento de ensaios programáticos pautados pela crescente subordinação da forma do espaço doméstico aos usos previstos. Este eixo da questão foi desenvolvido em moldes distintos, por um lado, para o habitat burguês, e, por outro, para o habitat popular e operário; neste caso a partir da iniciativa patronal. Dois objectivos diametralmente opostos estão na base da diferenciação destas duas abordagens.

No primeiro caso, a preocupação que orienta as propostas desenvolvidas, nomeadamente pelos arquitectos Viollet-Le-Duc e César Delay já na segunda metade do século, resulta do desejo de ver reforçado o modo de vida burguês; o que está em causa é a consagração da esfera da vida privada indispensável à consumação da família nuclear, ainda que hierarquizada a partir do género e da autoridade parental. Originalmente, a habitação burguesa irá assumir como referencial o palacete aristocrata do século XVII, mas com uma diferença determinante: em vez de se localizar num edifício unifamiliar, o habitat burguês terá, na generalidade dos casos, de se abrigar em edifícios colectivos fraccionados por piso, o chamado prédio de rendimento⁶. Esta transformação estrutural, relativa a uma redução da área e a uma forma espacial intrinsecamente diferente, irá obrigar a uma readaptação do modelo de referência. Mas a pertinência desta readaptação é reforçada pela crescente edificação do modo de vida burguês, um modo de vida específico e distinto do da aristocracia. A este propósito refira-se, por exemplo: a introdução do quarto do casal que é uma inovação burguesa tendo em vista a viabilização de um novo conceito de conjugalidade; a aproximação deste ao quarto das crianças, como forma de incrementar a

⁵ Não se trata de tentar dissecar a totalidade das referências que terão influenciado o MM. De facto, como se verá mais adiante o carácter holístico desta doutrina será conferido pelo urbanismo, que vem integrar de forma articulada as dimensões mais macro do espaço. Mas a nossa abordagem da dimensão urbanística será de facto mais superficial, pelo que não dissecaremos aqui os modelos pioneiros do urbanismo moderno, nomeadamente algumas das propostas do urbanismo “mecanicista” (Ragon: 1986), a saber: a cidade linear de Arturo Soria Y Mata (1844-1920); a cidade motorizada de Eugène Hénard (1849-1923) e a cidade industrial de Tony Garnier (1869-1948).

⁶ Em todos os países a verticalização do habitat obriga, ao longo de um período de tempo bastante significativo, ao predomínio do arrendamento, visto que a propriedade horizontal é um regime de ocupação bastante recente, com pouco mais de meio século de vida.

responsabilidade parental, mais especificamente maternal, na formação daquelas; ou a transformação da lógica de divisão sexual dos espaços domésticos que, se no palacete aristocrata se baseava numa demarcação de zonas ou alas com estruturas espaciais complexas e com frequente duplicação de funções, na habitação burguesa traduzir-se-á na feminização das zonas privadas e de serviços e na masculinização dos espaços mais públicos e de representação. (Eleb, 1999; Paravacini, 1990).

Neste contexto de criação dos alicerces espaciais da burguesia, Delay propõe a organização do espaço doméstico em função de três conjuntos fundamentais de actividades com lógicas distintas: a) as actividades ligadas à recepção/convívio com elementos exteriores à família, que denomina como a dimensão pública da vida doméstica; b) as actividades relacionadas com a vida estritamente familiar, inscritas no quadro da intimidade; c) e as actividades relacionadas com os serviços domésticos⁷. (Eleb, 1999). Parece estarmos assim perante um enunciado “avant la lettre” da organização sectorial da casa – que a estrutura em três zonas: a zona social, a zona dos serviços e a zona privada – e que irá, como veremos, ser uma lógica fundamental na configuração da casa moderna.

No caso dos trabalhos de programação da casa operária, o objectivo não será a reprodução de um modo de vida, mas sim a sua transformação num outro mais condizente com os valores da classe dominante. A pretensão por parte dos industriais em construir bairros “condignos” para alojar os seus operários reveste-se de propósitos económicos e sociais: económicos, de modo a otimizar as condições de produtividade, através da aproximação do espaço laboral e do espaço residencial; sociais, tendo em vista a moralização deste grupo, a partir da criação dos mecanismos que potenciem a sua adesão a uma estrutura de valores centrada na família, na religião e na propriedade privada. Na sustentação doutrinária desta trilogia, Frederic Le Play é invariavelmente referenciado como figura determinante. Nesta linha, o sucesso das intervenções passa antes de mais pelo investimento no enclausuramento da família, nomeadamente no que

respeita ao contexto das suas práticas extra-laborais; assim, os programas de habitação operária promovidos pelo patronato incorrem muito frequentemente num propósito isolacionista, elegendo a moradia unifamiliar como a solução ideal.

A lógica de estruturação do interior do fogo operário segue dois propósitos: a) o reforço da unidade familiar, uma unidade que se deseja ver consagrada através do estabelecimento de relações interpessoais baseadas no controlo; b) a instauração de um sentimento de pudor, capaz de reger a forma como os indivíduos se relacionam entre si e com o seu próprio corpo. Estes propósitos espacializar-se-ão na conjugação de: por um lado, uma sala polivalente que, em simultâneo, viabiliza a “domesticação” da acção extra-laboral do operário retirando-o do espaço colectivo, e garante que esse espaço de vida colectiva da família seja totalmente controlável, dada a sua forma e exiguidade; por outro lado, por um quarto para os pais e quartos separados para os filhos, segundo o sexo. Contrariando as recomendações maioritárias dos higienistas, grande parte das casas promovidas pelos industriais para os trabalhadores, não integrarão ainda, e por razões de economia de construção, uma cozinha autónoma e instalações sanitárias próprias. A primeira ficará integrada nessa sala polivalente e as segundas serão de uso colectivo, ainda que separado por géneros (Eleb, 1999).

Afigura-se desde logo uma dicotomia ideológica entre a moradia individual e a habitação colectiva, estando a primeira direccionada para o esvaziamento da esfera pública enquanto suporte das práticas extra-laborais, e a segunda para a sua colectivização. A dicotomização ideológica destes dois modelos de habitat será, no entanto, um fenómeno mais característico da Europa Continental. O modelo urbanístico da Cidade-Jardim desenvolvido por Ebenezer Howard, militante efectivo do movimento socialista inglês, introduz no mundo anglo-saxónico uma tradição que vem em sentido contrário. A Cidade-Jardim, apesar de equacionar a habitação em termos unifamiliares, evidencia um conjunto de pressupostos e objectivos

⁷ Registe-se que o seu trabalho entende a burguesia numa perspectiva de diferenciação interna, o que o leva a considerar a existência de uma hierarquia interclassista; assim se compreende a construção de uma tipologia de habitação burguesa, em que o critério de diferenciação dos tipos é fundamentalmente económico, traduzindo-se em diferentes programas habitacionais de complexidade e riqueza diversas.

que estão bem mais próximos do pensamento utópico progressista, adiante explicitado, do que das iniciativas patronais.

Em Portugal, a iniciativa que melhor prefigura essa tendência isolacionista é o Programa de habitação das Casas Económicas do Estado Novo (1933) – programa predestinado aos grupos sociais já integrados no sistema que prevê a construção de bairros de moradias individuais ancorados em dois equipamentos colectivos fundamentais, a escola e a igreja. Aliás, este programa é para alguns autores (Baptista, 1996) o eixo fundamental da política de habitação do regime ditatorial português, a solução programática que melhor consagra o seu ideário; sendo o seu questionamento implícito, trazido em 1945 pelo Programa das Casas de Renda Económica, o prenúncio da falência da própria política habitacional do regime, nomeadamente de dois dos seus princípios fundamentais: a propriedade (ainda que resolúvel) e a habitação individual.

Até à consolidação do Estado Novo, a que corresponde de facto o início da intervenção sistemática neste domínio, é aos sectores privado (patronal) e cooperativo que fica entregue o grosso da construção de habitação para o operariado, cujas iniciativas não chegam a suprimir as muitas carências existentes⁸; o modelo habitacional tipo promovido por estes sectores – a vila – é relativamente “sui generis” no âmbito das tendências internacionais da época: “é um espaço comunitário, restrito, e de transição entre o isolamento interior e o espaço público da rua cidadina, conseguido sob a forma de uma rua particular, corredor ou pátio, jogando uma alternativa com o espaço exterior envolvente. Na maioria dos casos, a área é fechada por um portão, acentuando a privacidade de uma pequena comunidade” (Rodrigues, 1979: 47).

Os requisitos higienistas e o estabelecimento das bases para as infra-estruturas modernas de salubridade

O segundo eixo diz respeito ao estudo científico dos elementos infra-estruturais urbanos

e habitacionais – água, luz, ar – e a sua quantificação racionalizada em padrões que garantam a criação de contextos salubres; estes estudos resultam da tónica assumida pelos debates científicos, sociais e políticos da altura que consideram a higiene como objectivo prioritário. É notório que a sua aplicação concreta denota níveis de investimento distintos segundo as classes; por um lado, porque a rentabilização dos recursos irá ser um factor determinante nas opções tomadas para o habitat operário; e por outro, porque se a divulgação destas infra-estruturas (água, ar e luz) funciona para as massas como instrumento de higienização (física e moral), para a burguesia ela é fundamentalmente equacionada como forma de aprimorar as suas condições de conforto, ainda que o entendimento do corpo baseado na ideia de pudor esteja presente em ambos os casos.

O habitat colectivo unitário: o investimento no enquadramento público das práticas humanas e a projecção do habitat como síntese das esperanças emancipatórias

O terceiro eixo, desenvolvido essencialmente pelas designadas “utopias progressistas”⁹ – das quais destacamos a proposta falanstérica originalmente concebida por Charles Fourier, desenvolvida por Robert Owen e Victor Considérant, e concretizada por Jean-Baptiste Godin numa versão mais centrada na família, designada familistério, entre outros –, diz respeito ao desenvolvimento das premissas do habitat colectivo unitário. O que estas “utopias progressistas” propõem no século XIX, é a criação de espaços autónomos de vivência, com condições para uma realização e reprodução universais, independentemente das especificidades culturais, económicas e sociais do seu território de acolhimento e do período histórico em curso; estas utopias são sobretudo projecções imaginárias, mas quase sempre visualizáveis através de uma

⁸ Deve distinguir-se entre pátios e vilas; os chamados pátios são a resposta espontânea por parte dos senhorios para resolver o problema habitacional das populações mais carenciadas, caracterizando-se na generalidade dos casos por uma enorme falta de salubridade, nomeadamente por comparação às vilas. Estas são já construções de raiz para o alojamento do operariado. O número de vilas construídas em Lisboa é de 362 ao passo que o número de Pátios é quase o dobro – 593 (Antunes, 2002: 87). Apesar das diferenças, a implantação geográfica destes dois tipos de alojamento segue percursos similares pois em ambos os casos o critério fundamental de assentamento é a proximidade ao local de trabalho, leia-se fábrica.

⁹ Para uma análise mais detalhada consultar Benevolo (1994), Choay (1960), Frampton (1993), Guerrand, (1990) Ragon (1986), entre outros.

ilustração, de espaços com uma forma e conteúdos funcionais específicos, simultaneamente determinados (por) e determinantes de um modelo ideal de sociedade que se deseja instaurar. Dito de outro modo, poder-se-á afirmar que são “espaços sociais totais”, em que a forma física, assumida quer pelo conjunto quer pelas partes que o compõem, tem como objectivo central a delimitação das actividades humanas que concorrem para a sociedade ideal, e, sobretudo, os moldes em que essas actividades devem decorrer.

A projecção de uma sociedade ideal vem neste caso retomar as premissas da própria narrativa moderna, conferindo-se a supremacia ao interesse colectivo equacionado como garante de um desenvolvimento humano equitativo e libertador. Em termos concretos, estes espaços residenciais partilhariam três aspectos básicos: i) a habitação colectiva de alta densidade; ii) a hegemonia da

esfera pública enquanto reservatório fundamental das esperanças emancipatórias, um desígnio concretizado por via do investimento e complexificação dos equipamentos colectivos – assistenciais, recreativos (espírito e corpo) e formativos; iii) a restrição da propriedade individual.

Em Portugal, não houve experiências falansterianas puras, por assim dizer¹⁰. Contudo, o programa político da I República, frequentemente esquecido talvez por falta de resultados concretos, inspirar-se-ia nas visões progressistas do habitat operário e nas preocupações contemporâneas de salubridade. No seguimento da proposta legislativa de criação de um programa de construções económicas¹¹, destinado de facto ao operariado, surge em 1919 o projecto do 1.º Bairro Social de Lisboa promovido pelo governo, o Bairro do Arco do Cego.



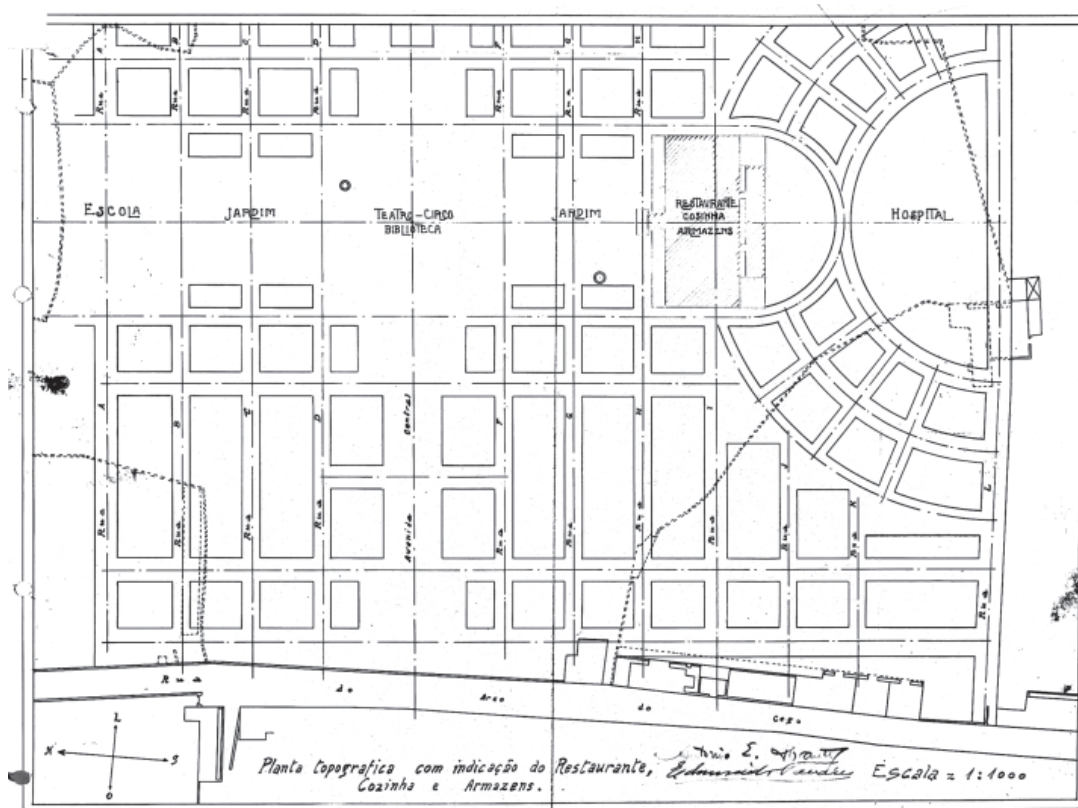
Gravura do Bairro Social do Arco do Cego, 1919. Fonte: Arquivo Municipal do Arco do Cego

¹⁰ Já em meados de 30, o Arq. Nuno Teotónio Pereira, ainda estudante, faz um projecto de características muito similares para uma empresa privada; apesar de não ter assumido a designação Falanstério – obviamente incriminatória dos pressupostos progressistas – o projecto não foi aprovado.

¹¹ Decreto n.º 4: 137 de 25 de Abril de 1918.

O projecto não equacionava o esvaziamento da esfera privada nos moldes falansterianos, pois tinha como pretensão a construção de habitações salubres de acordo com os parâmetros mais exigentes da época (todas as casas possuíam já instalação sanitária e cozinha autónoma); em simultâneo, propunha uma solução habitacional mista – habitação unifamiliar e habitação colectiva – marcada por uma tal mistura do ponto de vista da linguagem arquitectónica utilizada, e por conseguinte dos pressupostos simbólicos subjacentes, que impossibilita a sua classificação como um todo homogéneo representativo de uma ou outra abordagem específica da habitação operária de então; mas a componente de equipamentos colectivos, capaz de conferir aos habitantes do bairro “... as condições próprias para o gozo da saúde, para o desenvolvimento físico, formação e educação moral e intelectual, aperfeiçoamento profissional e para o amparo, repouso e tratamento de doenças” (Decreto n.º 5, 1919: 397) seria um aspecto fundamental do

projecto; as rendas dos residentes funcionariam como o suporte financeiro para tornar viáveis essa rede de equipamentos colectivos, na qual se destacava em termos de localização e de dimensão, o Teatro-Circo-Biblioteca. Vicissitudes várias impediram a realização do bairro tal qual tinha sido projectado e, ironicamente, a sua concretização plena viria a ser realizada já no âmbito do Programa das Casas Económicas do Estado Novo num acto inaugural especialmente marcante – a diversidade de equipamentos de índole progressista e laica (Teatro-Circo-Biblioteca; Restaurante/Cozinha/Escola), bem como o estatuto simbólico atribuído ao bairro decorrente da opção de aí localizar alguns dos mais importantes equipamentos urbanos (Administração Geral dos Bairros Sociais/Hospital/Estação de Telégrafo Postal), deram lugar aos mínimos exigidos, mas fundamentais, em matéria de acção colectiva (igreja e escola); e a habitação multifamiliar é subjugada face à hegemonia da moradia individual.



Planta do Bairro do Arco do Cego com Identificação de Equipamentos; Projecto Original de 1919.
 Fonte: Arquivo Municipal do Arco do Cego.

Não obstante as especificidades substantivas, há como se depreende um denominador comum que aproxima os três eixos de abordagem da habitação no século XIX: o primado do espaço físico enquanto factor de determinação do social, independentemente do seu propósito de orientação – reprodutivo ou transformativo, e, dentro deste, de dominação ou libertação.

Vias de operacionalização de um projecto ético e disciplinar: a espacialização da racionalidade moderna e o espaço como sistema

Se o século XIX foi o século da idealização das narrativas globais emancipatórias, o século XX foi o século da sua concretização. Ora a emergência efectiva do MM dá-se nos Estados que adoptam, embora com diferentes níveis de amplitude, o desígnio social da emancipação: na Rússia pós-revolucionária e na República de Weimar governada pelo Partido Socialista¹². Na França de entre-guerras, apesar do significativo esforço público no sentido de realojar as massas, nomeadamente as que tinham sido desalojadas pelos ataques da Primeira Guerra Mundial, (o que assumiu uma solução colectiva de habitação – os HBM/Habitation à Bon Marché¹³), regista-se que tais iniciativas não denotam uma unidade programática e propositiva. Porém, é de salientar o surgimento de algumas iniciativas HBM muitíssimo curiosas, nomeadamente em matéria de equipamentos colectivos e mesmo de especialização de acordo com o perfil dos utilizadores: são os casos, por exemplo, do empreendimento da Rue de Prague, correntemente designado como Louvre da Habitação Popular, dada a sua riqueza em matéria de equipamentos colectivos¹⁴, e do Hotel Popular para Homens, destinado ao alojamento dos operários solteiros (Guerrand, 1990).

Sublinhe-se porém que a influência efectiva deste Movimento decorre da estratégia de internacionalização desenvolvida pelos seus seguidores; para este efeito, os Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna – CIAM – terão desempenhado um papel determinante, funcionando de facto como momentos privilegiados de discussão e estabilização dos pressupostos doutrinários fundamentais e das suas normas de operacionalização.

O que se designa de MM, e que se materializa na definição de um conjunto articulado de modelos normativos de organização do espaço nas suas várias dimensões (casa, edifício, bairro e cidade), foi sendo consolidado ao longo do tempo: a sua definição como instrumento operacional de regulamentação holística do espaço construído não surgiu de imediato. Para além do carácter progressivo da sua definição, mas ainda assim bastante rápido, existem variações significativas consoante o contexto sociopolítico e a própria racionalidade dos actores que foram protagonizando a sua realização: as diferenças não se colocam apenas em termos da distinção da origem da iniciativa – pública ou privada –, mas também das diferenças ideológicas que os próprios Estados foram assumindo.

Como já foi salientado, o problema de partida que se colocava a estes arquitectos modernos era a questão da habitação das massas e o repúdio pela cidade preexistente, tendo sido a habitação a dimensão eleita como matriz de edificação da doutrina. Independentemente das variações doutrinárias e nacionais que serão perceptíveis, existem à partida alguns aspectos que serão partilhados de forma indefectível:

- I. a defesa da estatização municipal dos solos;
- II. a defesa da habitação colectiva;
- III. o desejo de “proto-tipificação” ou estandardização dos espaços.

¹² O Partido Socialista resulta, a par do Partido Comunista, de uma divisão do anterior Partido Social-Democrata, cujas bases doutrinárias, desenvolvidas por August Bebel, Karl Kautsky e Rosa Luxemburgo, assentavam no marxismo ortodoxo de Marx e Engels. Contudo, após a Revolução Russa dá-se essa cisão, que resulta de um entendimento diferenciado da via a adoptar para a nova sociedade: para os Socialistas, tratar-se-ia de uma via reformista, ao passo que para os comunistas tratar-se-ia de uma via revolucionária. (Kopp, 1999).

¹³ Os HBM seriam os antecessores dos Modernos HLM – grandes aglomerados de habitação promovida pelo sector público, que constituem ainda hoje marcos incontornáveis da paisagem suburbana das cidades francesas e que no pós-Segunda Guerra Mundial generalizaram a uma imensa parte da população um habitat condigno, apesar de severamente criticados *a posteriori*. A propósito desta crítica relembre-se o filme *Ódio/La Haine* de Mathieu Kassovitz (1995).

¹⁴ A saber: lavadouro com máquinas aperfeiçoadas, incluindo um secador com água quente, chuveiros, dispensário equipado, jardim de infância, escola de vigilância, acolhendo as crianças depois das aulas; escola doméstica; cozinha com venda de refeições duas vezes por dia.

O argumento para a primeira reivindicação reside na necessidade de pôr termo ao domínio fundiário privado responsável pelo desordenamento nefasto dos espaços, viabilizando-se a subordinação do interesse privado ao interesse colectivo (ponto 95 da Carta de Atenas).

Quanto à segunda, a fundamentação apoia-se em razões de ordem económica, urbanística e ideológico-moral: a) económica e urbanisticamente falando, a habitação colectiva seria a solução ideal na medida em que possibilitaria uma optimização do espaço edificável, bastante condicionado não só pela quantidade de fogos necessários, como também pela definição mais criteriosa das condições ideais de implantação dos edifícios, agora coincidentes com os requisitos higienistas de salubrificação do habitat – ar, água e sol; b) ideológica e moralmente falando, a habitação colectiva prefigura a solidariedade e a supremacia do social sobre o individual.

Por seu turno, a definição de protótipos de habitação viabiliza a sua reprodução internacional, naquilo que se viria a designar como o “international style”, ao mesmo tempo que se apresenta como um garante da eficácia e da economia exigidas pela produção de habitação em grande escala – este “international style” indicia assim a consumação da desterritorialização das referências arquitectónicas e dos próprios modelos de configuração do espaço, inicialmente em termos domésticos, e, como veremos, numa fase posterior, em termos urbanos; finalmente, é também pela via da standardização da habitação que se materializa e reproduz a homogeneidade subentendida no propósito universalista de edificação do Homem Novo.

O Fogo: o esvaziamento da diversidade simbólica das práticas domésticas

No âmbito desta abordagem, a intervenção dos alemães da “Neues Bahuen” – Nova Arquitectura

(Ernst May, Walter Gropius, Bruno Taut, Hannes Meyer, entre outros) é mais significativa do que a dos arquitectos russos construtivistas, que irão absolutizar o pressuposto colectivista, o que se traduz numa omissão intencional do espaço privado do fogo¹⁵. Neste sentido, o seu contributo para a nova sociedade comunista materializar-se-á nas chamadas “Dom Komuna”¹⁶ que, inspirando-se nas experiências espontâneas pós-revolucionárias intituladas “comunidades de modo de vida”, seriam concebidas como “condensadores sociais, estruturas construídas que agiriam sobre os seus utilizadores, os habitantes do novo modo de vida, e acelerariam a sua mutação em direcção a esse objectivo proclamado inúmeras vezes: o Homem-Novo”. (Kopp, 1999: 95). O espírito das “Dom Komuna” russas não será efectivamente reproduzido na Alemanha, que irá optar pelos “Siedlungen”, grandes conjuntos residenciais de edifícios colectivos, intencionalmente uniformes, implantados paralelamente de modo a beneficiarem de igual exposição solar; as “Siedlungen”, apesar de integrarem equipamentos colectivos, não menosprezarão o interior das habitações familiares, bem pelo contrário.

Assim, a importância da “Neues Bauhen”, indissociável da “Bauhaus” – escola de artes centrada na potenciação da funcionalidade do objecto produzido –, centrar-se-á no lançamento de algumas das premissas fundamentais da casa dos nossos dias. Em concreto, identificamos três, interdependentes, a saber:

- I. o entendimento do habitat como existência mínima – “existenzminimum”;
- III. o estudo científico das práticas realizáveis no foro doméstico de modo a padronizar os seus modos de realização;
- III. a criação do conceito moderno de cozinha, a cozinha laboratório.

¹⁵ Com excepção do emblemático edifício Narkofim de Guinzburg e Milinis em Moscovo destinado aos funcionários do Commissariado do Povo para as Finanças, em que o auto-proclamado sentido didáctico dos arquitectos os levou a atentar, mais do que era suposto, ao interior da casa: tendo em vista uma *mutação progressiva* dos destinatários deste edifício, estes dois arquitectos projectam dois tipos de fogos, um dos quais incorporaria Kitchenet. O edifício era composto, para além dos dois tipos de apartamentos, por: cozinha e sala de jantar colectivas, lavandaria, serviço de limpeza dos alojamentos, jardim de infância, ginásio, biblioteca, salas destinadas ao trabalho intelectual e ainda sala de jantar de verão sobre o telhado. (Kopp, 1999).

¹⁶ Na sua generalidade, estas comunidades eram projectadas a partir de um programa único definido pelo governo que estipulava o sono e o trabalho com o livro – “rabota knigoi” – como as duas únicas práticas realizáveis privada e individualmente. O espaço destinado ao sono era uma cabine pensada na linha das instalações congêneres dos transatlânticos e dos comboios, e o espaço destinado ao “rabota knigoi”, ainda assim menos privado, localizava-se no interior de uma sala de estudos.

Componentes: minimizar para democratizar, moralizar e estandardizar

Reconhecida a efectiva originalidade de alguns dos aspectos fundamentais da habitação mínima, não podemos porém equacioná-la como um produto que fez tábua rasa dos modelos habitacionais previamente desenvolvidos, como frequentemente nos levam a crer as justificações doutrinárias evidenciadas pelos seus protagonistas.

Ora, à parte dos seus contributos efectivamente inovadores, a estrutura programática do fogo mínimo não pode deixar de ser entendida também como uma proposta de simplificação e racionalização do modelo habitacional burguês do final do século e, simultaneamente, como uma repescagem parcial e aperfeiçoada do modelo habitacional operário promovido pelos industriais, nomeadamente por via da sua colectivização. Senão vejamos: em termos de estrutura do espaço, o que a habitação mínima propõe é um fogo para cada família, dotado das infra-estruturas essenciais de salubridade (sol, luz, ar e água), composto por uma cozinha, uma casa de banho, uma sala comum, um quarto para o casal e quartos para os filhos, separados segundo o sexo; no fundo, o que se propõe é o estabelecimento de um modelo assente num conjunto de requisitos mínimos, mas inquestionáveis, otimizando-se a distribuição dos recursos, que, por definição, são escassos. Não será errado afirmar que esta estrutura estava já de certo modo implícita no modelo de casa dos bairros operários, embora numa versão mutilada pela ausência das duas divisões húmidas, cozinha e casa de banho. Por seu turno, o modelo habitacional operário, como já referido aquando da sua explicitação prévia, não deixa de ser uma alusão reducionista ao modelo burguês, um modelo efectivamente mais complexo.

Ainda assim, é absolutamente inegável a unicidade do modelo proposto pela habitação mínima, quer devido à adopção de metodologias científico-industriais que passa a associar

sistematicamente à produção habitacional, quer devido à homogeneidade simbólica conferida a cada uma das partes (divisões) e ao todo (o fogo). No que a este diz respeito, assume-se aqui a intencionalidade progressista dos arquitectos da *Neues Bauhen*, o que de resto já foi salientado: esta assunção justifica o entendimento da habitação mínima como instrumento de simplificação e democratização da própria instituição familiar.

Os arquitectos modernos irão adoptar uma metodologia de trabalho próxima do taylorismo, tendo em vista o reforço da produtividade não apenas da construção da habitação, mas inclusivamente das práticas (privadas) dos indivíduos, da própria vivência doméstica; a aplicação deste método iniciar-se-á pela cozinha, entendida como espaço fulcral de subjugação feminina. De facto, uma das referências doutrinárias da “*Neues Bauhen*”¹⁷ seria o movimento feminista liderado por Lili Braun, que, na prossecução da integração laboral da mulher, reivindicava a delegação das tarefas domésticas a estruturas profissionais; esta inovação, que curiosamente se afigura hoje em dia como uma prática crescente através da proliferação de empresas profissionais de realização de serviços domésticos (lavandarias, limpeza, babysitting, cozinha, etc.), não encontrou na habitação operária condições de realização efectiva; apenas as classes com maior capacidade financeira poderiam suportar os seus custos¹⁸, o que de facto se veio a verificar (nomeadamente nos EUA através da criação de *Apart’hoteis*) como resposta à progressiva escassez de empregadas domésticas, que, ainda assim, optavam pelo trabalho na indústria.

A cozinha laboratório é pois uma resposta de compromisso face à inviabilidade da cozinha colectiva ambicionada por Braun e à irrenunciável promessa de libertação feminina¹⁹. Qual é afinal o pressuposto base desta cozinha laboratório? É a ideia da optimização da relação entre, por um lado, o esforço e o tempo dispendidos no exercício das tarefas domésticas e, por outro, os resultados obtidos. Isto passa por um estudo aturado dos percursos, dos movimentos e dos actos de modo a

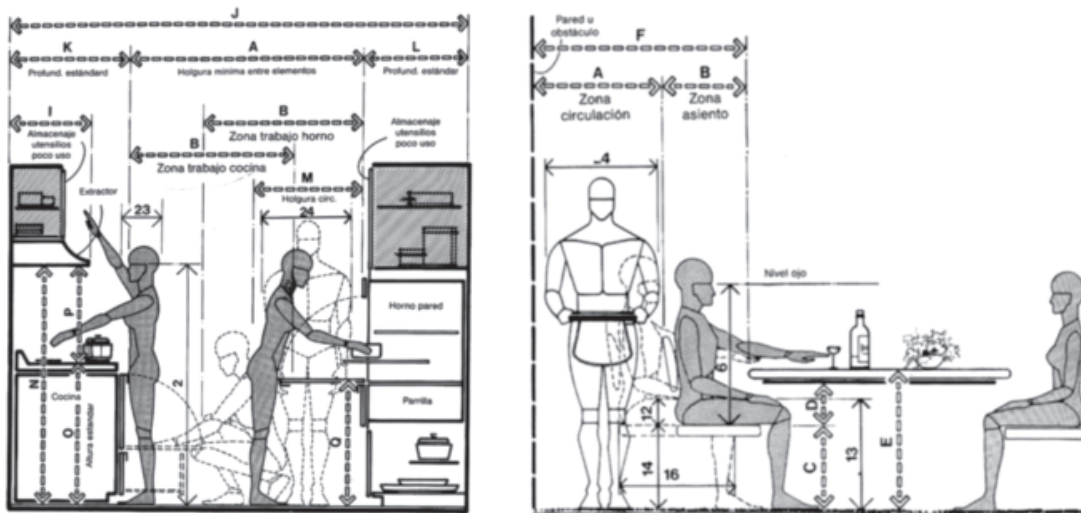
¹⁷ A par do “*Werkbund*”, movimento artístico de tendência instrumental, e do próprio Movimento Reformador político.

¹⁸ Isto reenvia-nos para um aspecto essencial que caracteriza, ainda hoje, a lógica de funcionamento do sector privado do imobiliário: o investimento na inovação ao ser entendido como um risco assume como públicos de “experimentação” as classes mais altas pois são estas que têm capacidade de custear esse risco; por outro lado, poder-se-á dizer que se trata igualmente de uma estratégia de mercado, visto que essas classes altas são vistas como uma espécie de leme das práticas e consumos do resto da sociedade.

¹⁹ Para as teorias que concebem o MM como um instrumento de reforço da burguesia patronal, a cozinha laboratório funcionaria como forma de reduzir o tempo gasto pelas mulheres no trabalho doméstico, tendo em vista a potenciação da sua disponibilidade para o trabalho na indústria.

encontrar a solução óptima relativa ao modo de realização das práticas; numa abordagem antropomórfica em que o fascínio pela máquina é determinante²⁰, estes estudos entendem as práticas humanas como operações mensuráveis e estandardizáveis, destituídas de qualquer subjectividade²¹. A prova material que confere legitimidade normativa aos arquitectos na definição das práticas e das suas modalidades de realização são os diagramas que representam e sintetizam os resultados científicos alcançados, em que a perspectiva taylorista é muitíssimo evidente. Se inicialmente estes estudos “antropométricos” se cingiam fundamentalmente à cozinha, mais tarde eles iriam generalizar-se aos vários espaços domésticos, laborais e equipamentos em geral. (Neufert, Panero, Zelnik)

correntemente se intitula como a cozinha equipada, composta por módulos estandardizados e com uma forma física compatível; mas ela antecipa de igual modo o estatuto simbólico e, conseqüentemente, o estatuto espacial (ou seja, a posição relativa ocupada por uma divisão no âmbito da estrutura espacial do conjunto da casa) prefigurados pela cozinha dos nossos dias. Passados quase cem anos após a sua concepção original, a cozinha laboratório mantém-se como referência: um espaço em que o enorme investimento em matéria de investigação programática saldou-se, intencionalmente, na sua própria subvalorização; um espaço concebido a partir do estrito entendimento das actividades que acolhe como obrigações, cujo facilitação e eficácia viabilizar-se-iam através de um desempenho quase automático.



Diagramas de concepção dos espaços domésticos – cozinha e zona de refeições – de acordo com padrões estandardizados dos movimentos humanos (Panero e Zelnik, 1996: 162, 146)

Com efeito, a norma do modelo único de definição das práticas domésticas vem esvaziar a diversidade simbólica que, por definição, as caracteriza; mesmo escudada por uma evidente melhoria ergonómica das condições de realização das actividades humanas, esta questão não pode deixar de ser equacionada. A cozinha laboratório, cuja versão original iria ser designada como cozinha de Frankfurt por ter sido originalmente concebida nessa cidade, é a precursora daquilo que hoje

Também menor, mas entendido como requisito mínimo e portanto indispensável, a casa de banho irá ser uma das conquistas irreversíveis dos arquitectos modernos: a mesma uniformidade simbólica estará na base da sua concepção. A casa de banho moderna define-se como um espaço subvalorizado, pequeno, austero, asséptico e na maior parte das vezes relegado para uma zona interior, que traduz o entendimento do corpo numa perspectiva estritamente higienista, o que

²⁰ Não é por acaso que o conceito que está na base da casa moderna é o de Casa-Máquina.

²¹ Mais tarde, já na década de 70, este mesmo *modus operandi* irá supostamente integrar a diversidade por via do estudo das variações métricas que distinguem os vários elementos da “espécie humana”: Homem Adulto, Mulher e Criança (Panero e Zelnik: 1979).

materializa a separação moderna entre o corpo e a razão e a superioridade desta relativamente àquele. As actividades de recreação corporal, votadas à esfera pública por via dos equipamentos desportivos, partem também deste entendimento do corpo como algo que deve ser domado e portanto sujeito essencialmente à disciplina.

O espaço doméstico de eleição dos arquitectos modernos será então a sala comum (espaço de fusão das salas de estar e jantar) enquanto espaço de congregação das práticas realizadas conjuntamente pela família. Por esta via, materializa-se ao nível do foro privado o primado do todo, neste caso, a família, sobre as partes, o indivíduo. Pela mesma razão, os quartos (do casal e dos filhos, separados por sexos) serão definidos como unidades uniformes, localizadas sequencial e proximamente, e numa relação de equiparação, não hierarquizada. De facto, se como já assumido anteriormente a casa moderna é o veículo espacial de institucionalização da família nuclear democratizada, é-o numa perspectiva “familiarista”, passe o pleonasma, uma perspectiva em que o bem-estar individual não é senão um meio para o fim supremo que é o bem-estar da unidade familiar. Por seu turno, a recorrente analogia à biologia realizada por estes profissionais irá naturalizar esta valorização familiar, assumindo-a como a célula elementar da vida social.

Quer se trate de um modelo habitacional desenhado por oposição à superfluidade burguesa, quer se trate de um requisito prático da possibilidade de generalizar uma habitação condigna, o que é certo é que o conceito de habitação mínima assume como critério central de validação – a área – um critério quantitativo. Embora justificado como uma opção ética e estética, em que o bem e o belo estão associados à austeridade liberta do acessório, e não economicista, o conceito de “existenzminimum” lança o precedente da quantificação na habitação, nomeadamente enquanto critério de diferenciação que será adoptado até à actualidade, não só pelo sector público, mas inclusivamente pela

iniciativa privada e pelos utilizadores em geral: aliás, a reminiscência deste conceito justifica de certa forma a sobrevalorização corrente da área da sala comum, mais do que qualquer outra divisão²². Por outro lado, o mesmo conceito irá ser a espinha dorsal dos regulamentos que ainda hoje definem as normas de estruturação do espaço habitacional na generalidade dos países e também em Portugal – através do Regulamento Geral das Edificações Urbanas/RGEU²³.

Organização: a domesticação da sectorização racional moderna

A habitação mínima desenvolve-se de facto como célula inicial e primária do MM, que sintetiza no microcosmo do fogo os princípios gerais de estruturação do espaço, replicáveis nos seus restantes níveis: o bairro e a cidade. A estruturação moderna do espaço, eminentemente racional, basear-se-á numa lógica de sectorização funcional: o espaço organiza-se a partir de funções previamente categorizadas no âmbito da própria doutrina moderna, funções essas que irão ocupar zonas distintas. Ora, esta lógica, também designada como paradigma dos sectores (Amorim, 1997), não é senão a aplicação ao nível do espaço da própria lógica de estruturação do Estado e da Sociedade Modernas, que se caracteriza justamente pela compartimentação sectorial: cultura, política, economia, justiça, saúde, trabalho, consumo, lazer, etc.

Ao nível do fogo esta sectorização traduzir-se-á na organização da casa em três sectores: o social (sala comum), os serviços (cozinha), e o privado (quartos e casa de banho). Na base desta estruturação sectorial está o desejo de demarcação precisa da linha de separação entre o público e o privado: isto é concretizado através da atribuição de um sentido preciso aos espaços de circulação (corredor/hall), que são equacionados exclusivamente como espaços de transição e de mediação

²² O único critério de diferenciação que invariavelmente superou e provavelmente irá superar a área é a localização. A evolução do mercado imobiliário, que no caso português teve início sobretudo a partir da década de 80, conduziu a uma complexificação dos critérios de diferenciação, desde a crescente integração do equipamento, até à autoria arquitectónica do projecto. Não obstante, a localização mantém-se como critério primeiro no escalonamento dos produtos imobiliários; o que se vai transformando são os critérios de avaliação da qualidade do espaço urbano, resultando numa permanente reestruturação da cartografia valorativa e financeira das cidades.

²³ O RGEU, tendo surgido inicialmente na década de 50 como resultado da emergência do Movimento Moderno português, mantém-se ainda hoje como o instrumento regulamentar da estruturação habitacional, tendo vindo a ser reactualizado através de aditamentos sucessivos ou alterações que não se saldaram numa alteração dos seus princípios de fundo.

entre zonas funcionalmente distintas e específicas, o que lhes confere determinadas prerrogativas em matéria de privacidade. Na prática: o hall funciona como elemento de mediação inicial entre a esfera pública e a esfera privada do interior do fogo, inclusivamente no que concerne ao sector social/ sala comum; por outro lado, a forma de conferir o estatuto máximo de privacidade à zona dos quartos é realizada pela sua extrema segregação relativamente à entrada da casa, quer por via da sua localização no extremo oposto daquele ponto, quer através da introdução de um elemento fixo de demarcação entre esta zona e as restantes, nomeadamente uma porta.

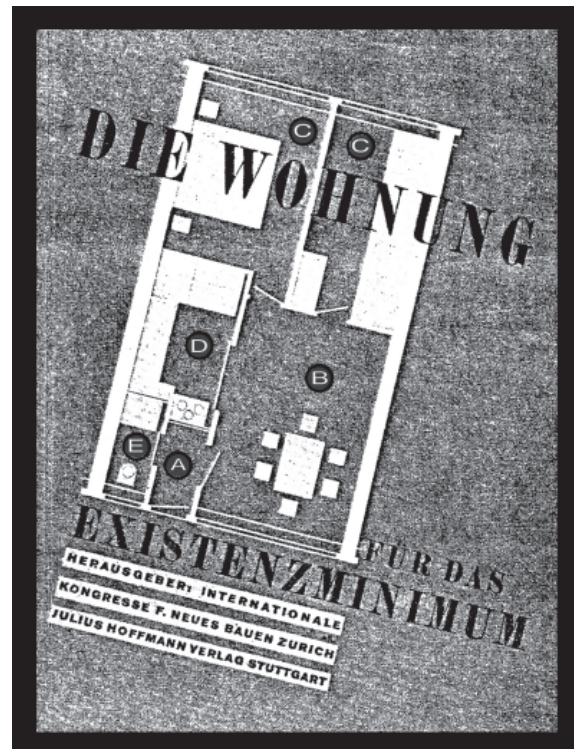


Casa Moderna Organizada por Sectores – Planta do Bairro das Estacas/Alvalade, Lisboa.

Legenda: Cinzento escuro com trama – Hall/Espaço de Mediação Primário; Cinzento claro – Sector Social/ Sala Comum; Cinzento claro com trama em quadrícula – Sector dos Serviços/Cozinha; Cinzento intermédio – Sector Privado/ Quartos e WC

Será também por este motivo que a tipologia duplex é desenvolvida pelos arquitectos modernos, ao possibilitar a segregação máxima do espaço privado por via da sua espacialização num piso distinto. Porém, o fascínio que esta tipologia habitacional ainda hoje exerce junto de uma boa parte da população, deve-se em grande medida a uma evidente associação à estrutura da moradia individual, que, apesar de perspectivada em termos

ideológicos como um modelo conservador, continua a ser muito provavelmente o modelo preferido pela generalidade das pessoas. Registe-se, no entanto, que esta sectorização é progressiva e não se apresenta como uma proposta inicialmente visível no âmbito da habitação mínima. Como se depreende pelo cartaz apresentado no CIAM II (1929) pela “Neues Bauhen” para divulgar a fórmula habitacional correspondente ao conceito de “existenzmimum”, a cozinha e a casa de banho estão ainda juntas e a sala funciona como zona de acesso directo aos quartos; a sua separação e a integração da segunda no sector privado serão resultado de subseqüentes desenvolvimentos técnicos capazes de viabilizarem operacional e economicamente a separação das canalizações habitacionais. O mesmo se passa com a inexistência de espaços de mediação entre a zona social e a zona privada, dos quartos, que mais tarde será uma constante, sendo que para esta progressiva segregação da zona privada não será inócuo o igualmente progressivo processo de emergência do indivíduo.



Cartaz da Delegação Alemã no CIAM de 1929, tendo em vista a discussão dos princípios da Casa Mínima (Paravacini, *ibidem*: 146)

Legenda: A- Hall/Vestíbulo de Entrada; B- Sala Comum; C- Quartos; D- Cozinha; E - W.C.

O Edifício: a dimensão visível do projecto

Se a estrutura do interior do alojamento tem naturalmente um peso imenso na contextualização da vida dos indivíduos, o seu invólucro tem uma função complementar: a função de conferir visibilidade ao “programa” de intenções simbólicas subjacente àquela construção. Não tendo pretensões de uma análise sistemática ancorada na disciplina de semiótica da arquitectura, alguns aspectos merecem contudo ser assinalados, retomando-se de resto algumas reflexões desenvolvidas previamente (Fernandes, 1979, 1980; Ramos, 2003; Tostões, 1994).

Uma primeira directriz que condiciona o edificado habitacional moderno fundamenta-se aparentemente num objectivo essencialmente técnico e relativo à melhoria das condições de habitabilidade: a defesa do edifício implantado livremente no solo, por oposição à lógica do quarteirão, facilitando-se a generalização das condições ideais de exposição solar e a sua colocação transversal relativamente às vias de circulação de modo a proteger os habitantes da poluição sonora e atmosférica provocada pelos veículos. A ruptura programática e funcional das propostas falansterianas não tinha porém sido acompanhada do mesmo nível de inovação em termos formais; de facto, a forma assumida pela generalidade destas propostas reproduzia de forma muito aproximada os grandes palácios já existentes.

As outras três características aqui salientadas do edifício moderno, muito embora associadas à estética, encerram propósitos efectivamente relacionados com o domínio ideológico, são elas:

- i. o desaparecimento da distinção estatutária e funcional entre a fachada e as traseiras numa tentativa de anulação da distinção “burguesa” entre o ser e o parecer;

- ii. a simplicidade e a uniformidade da linguagem arquitectónica como instrumento de dissolução das diferenças sociais;
- iii. a ostentação da autenticidade construtiva (materiais) enquanto contributo para a revelação e pedagogia da “verdade”, essa “verdade” universal ancorada num conceito monista de racionalidade.

O Bairro e a Cidade: quadratura do círculo ou o espaço como sistema retalhado sectorialmente

Seria Le Corbusier quem viria efectivamente a dotar o MM do seu carácter holístico²⁴: na famosíssima Carta de Atenas²⁵, este arquitecto iria articular as várias componentes do espaço numa lógica sistémica, em que cada subsistema espacial corresponde a um sector funcional específico numa operação designada como zonamento – “zoning” – e que viria a constituir o princípio basilar do Urbanismo Moderno: a habitação, o trabalho, a recreação (física e espiritual) e a circulação, esta última entendida como elemento de ligação das restantes. De facto, o fecho do círculo doutrinal e regulamentar conferido pela Carta de Atenas ergue-se sobre uma lógica eminentemente racional e científica que se caracteriza por:

a) uma sectorização funcional das actividades humanas, privadas e públicas – para além do conceito urbanístico de “zoning”, refira-se a título sumário os equipamentos²⁶, conceptualizados por Le Corbusier como os prolongamentos do alojamento e preferencialmente localizados no bairro, retomando-se de certa forma as premissas das “utopias progressistas”;

b) a cosedura sistémica dos sectores que associa o espaço na sua totalidade a uma unidade de nível macro, partindo-se do particular (alojamento ou célula de habitação) para o geral (a região);

²⁴ O que de resto já estava relativamente previsto na enunciação dos temas-chave dos subsequentes CIAM – tendo-se iniciado com a definição dos princípios gerais da doutrina, seguir-se-iam as várias dimensões do espaço: casa, bairro e cidade.

²⁵ Documento que resultou do IV Congresso CIAM em 1933 realizado a bordo do transatlântico *Patris*, mas que só viria a ser publicado passados 8 anos, possivelmente após estruturação conceptual.

²⁶ Também a estruturação moderna dos equipamentos colectivos não parece escapar ao “paradigma dos sectores”, traduzindo o entendimento do próprio ser humano como uma entidade que congrega uma série de papéis e identidades diferenciadas consoante as esferas onde se move: o trabalho, a família, a cidadania, o lazer corporal, o lazer intelectual, a educação, etc.; Nas discussões contemporâneas sobre este tema, é sintomática a questão do projecto reflexivo do *self* proclamado por Giddens; este conceito pressupõe a unificação das identidades anteriormente fragmentadas como resultado da compartimentação das esferas de acção; esta unificação é o corolário dos projectos individuais contemporâneos centrados na realização pessoal, que se traduzirá em matéria de equipamentos colectivos por uma crescente miscigenação funcional.

c) a definição dos subsistemas, em particular da habitação, como conjuntos compostos por unidades sequencialmente integradas umas nas outras.

Em suma, o entendimento do conjunto do espaço edificado como um sistema delimitado e a definição das suas regras de estruturação, digamos que corresponde à quadratura do círculo necessária ao controlo disciplinar e pericial sobre o próprio espaço, na sua plenitude. Por outro lado, a legitimidade do valor sistémico do espaço ver-se-á reforçada pela recorrente analogia aos organismos vivos, atribuindo-se às normas propostas a inevitabilidade que a própria natureza comporta: de facto, a consumação efectiva desse controlo, sempre justificado como uma necessidade pedagógica, passa em primeira instância pela reivindicação de dispositivos legislativos que permitam a aplicação das regras definidas pelos peritos; é a transformação das regras periciais em leis de Estado que legítima e dá exequibilidade ao poder normativo da disciplina, ou se quisermos, do paradigma que a disciplina professa.

Para concluir: a pertinência das pesquisas multidisciplinares

Actualmente, estão já perfeitamente estabelecidas as discussões em torno das vias assumidas pelos espaços urbanos contemporâneos,

nos quais a presença da doutrina moderna está indelevelmente presente. Duas perspectivas estão em regra na base das reflexões sobre esta questão:

a) a denúncia do desvirtuamento dos pressupostos Modernos como resultado de uma interpretação digamos que situacionista e parcial por parte dos actores urbanos com efectivo poder de decisão, públicos e privados (Benévolo, 1994)²⁷;

b) a(s) crítica(s) da própria doutrina do MM, nomeadamente da sua abordagem universalista deliberadamente insensível aos contextos locais, da omissão da memória e da subjugação da forma à função²⁸.

Se em matéria de espaço urbano a revisão das premissas modernas, em particular dos seus aspectos que se vieram a revelar mais perniciosos, é hoje uma questão relativamente consensual, porque motivo não assistimos a um questionamento análogo em termos do interior da habitação?

Num artigo do semanário *Expresso* publicado no dia 30 de Dezembro de 1989, Alexandre Melo falava sobre “os lugares-comuns” dos anos 80, trazendo a público reflexões já encetadas no domínio das ciências sociais e humanas: um desses lugares-comuns era o da esteticização da vida quotidiana, caracterizada pela extrema valorização das áreas ligadas à imagem, nomeadamente da arquitectura. Este fenómeno internacional, inicialmente confinado ao universo das elites, veio progressivamente a generalizar-se aos restantes sectores da sociedade. Em Portugal, o seu

²⁷ A segmentação funcional da cidade, com a segregação das zonas residenciais e concentrando o trabalho – o terciário – nos seus território mais valorizados, o centro; nesta matéria subverte-se a hierarquia das funções consignada pela Carta de Atenas, remetendo-se os espaços de alojamento para zonas menores; ainda que concretizado numa versão pervertida, o paradigma dos sectores não é inocente face à actual suburbanização e mono-funcionalidade a que grande parte das zonas residenciais estão votadas; afinal, os arredores, concebidos na Carta de Atenas como domínio de “Zés-Ninguém sacudidos pelos remoinhos de uma vida sem disciplina, (...) antecâmara sórdida das cidades”, não sucumbiram, antes pelo contrário. Por outro lado, o carácter monofuncional destes espaços residenciais terá sido reforçado pela actuação demissionária das entidades responsáveis em matéria de construção dos “prolongamentos naturais” da casa (os equipamentos colectivos e inclusivamente os espaços verdes), sacrificados em nome da densificação contínua destes territórios. Pelo mesmo motivo se adere à implantação solta, mas aleatória, dos edifícios no solo, desvirtuando-se o primado da generalização da “lei do sol” a todas as habitações; o desejado reencontro com a natureza é ainda inviabilizado pela não concretização do subsistema da circulação nas zonas residenciais, de forma racional e hierarquizada, conduzindo a que generalidade das habitações seja construída numa relação de imediata dependência relativamente aos acessos; sendo justamente os acessos o primeiro chamariz do interesse dos construtores.

A adopção da estrutura física e simbólica do interior do fogo (planta da casa), cuja simplicidade ancorada no conceito de “existenzminimum” vai de facto ao encontro de preocupações de rentabilidade: porque assenta no pressuposto das áreas mínimas, mas também porque facilita a sua reprodutibilidade, independentemente do contexto, reduzindo-se os custos em matéria de projecto e construção; claro está que nesta matéria a adesão não é fidedigna, resultando muitas vezes num produto reciclado que tende a associar a este modelo aspectos típicos do habitat burguês do final do século XIX e início do século XX (ex: a manutenção das salas de jantar e estar separadas, ou a existência assumida do quarto da criada, localizado junto à cozinha). Esta reciclagem do modelo moderno numa versão sócio-espacial relativamente híbrida, que será sobretudo visível na sua fase inicial de generalização no mercado privado (em Portugal nos anos 60), é demonstrativa de que o espaço não tem a capacidade de transformar tudo aquilo a que se propõe, porque o social, e já agora o económico e o político, não se subtraem; regista-se também como legado determinante do conceito de habitação mínima a focalização quantitativa dos critérios de avaliação da habitação, quer ao nível regulamentar e de intervenção pública, quer ainda no âmbito do próprio mercado (oferta e procura).

²⁸ Para uma abordagem mais detalhada consultar as obras de Charles Jenks, David Harvey, Keneth Frampton e Nan Ellin, entre outros. Este último propõe uma sistematização bastante articulada dos movimentos arquitectónicos e urbanísticos pós Movimento Moderno: neo-racionalismo, o neo-classicismo, “arquitectura aberta”, contextualismo, regionalismo crítico.

entendimento político terá sido iniciado por Abecassis no Chiado, como manobra catártica de uma gestão fortemente criticada. Actualmente, poder-se-á dizer que ele é já um lugar-comum, não só entre os políticos, como também entre os promotores imobiliários, para quem a arquitectura funciona como um elemento de distinção do produto e, em simultâneo, como factor de agilização dos licenciamentos.

Este fenómeno poderá ter conduzido a um empolamento da competitividade formal em detrimento da pesquisa funcional, mas não é menos verdade que o receio por parte dos investidores no imobiliário em termos de inovação tipológica é determinante.

Bibliografia

AMORIM, L., 1997, "Understanding modern functionalism and its effects in configuring domestic space", in *Space Syntax First International Symposium*, London.

ANTUNES, F., 2002, *Habituação Operária – Pátios e Vilas de Lisboa. A experiência da cidade operária industrial*, Tese de Mestrado Arquitectura de Habitação, Lisboa, FA-UTL.

ARMAND, F., 1953, *Fourier-Textes Choisis*, Paris: Éditions Sociales.

AZEVEDO, O., 1998, *Bairro Social do Arco do Cego: uma ética, uma estética, uma poética*, Tese de Mestrado em Cultura Arquitectónica contemporânea e Construção da Sociedade Moderna, Lisboa, FA-UTL.

BAPTISTA, L., 1996, *A cidade em reinvenção. Crescimento urbano e emergência das políticas sociais de habitação. Lisboa, Século XX.*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa: FCSH-UN.

BENEVOLO, L., 1994, *Histoire de la ville*, 1.^a Edi. 1975, Traduit par Catherine Peyre, Marseille: Editions Parenthèses.

CHOAY, F., 1965, *L'urbanisme. Utopies et réalités. Une anthologie*, Paris: Éditions du Seil.

CIAM-FRANCE (1948-1949), "Carta de Atenas", *Arquitectura* n.ºs 20 a 32, Lisboa (publicado originalmente em 1941 e traduzido para português por Maria de Lurdes e F. Castro Rodrigues).

ELEB, M. e DEBARRE, A., 1999, *Architectures de la vie privée XVII-XI Siècles*, Paris, Hazam; Bruxelles: A.A.M.

A ideia que fica é que, não obstante as transformações ocorridas sobretudo nas últimas três décadas do século XX, a maioria dos fogos actualmente comercializados têm ainda como matriz de referência genérica um modelo concebido para uma sociedade que se desejava homogénea e determinado pelos debates ideológicos oitocentistas. Vários actores anseiam por mais inovação tipológica, desde o projectista ao consumidor; porém, fará sentido equacioná-la em exclusivo como um exercício de autor, divorciado de uma reflexão mais alargada acerca dos estilos de vida contemporâneos?

FERNANDES, J. M., 1979, "Para o estudo da Arquitectura Modernista em Portugal", *Arquitectura*, n.º 132, pp. 54-65.

FERNANDES, J. M., 1980, "Para o estudo da Arquitectura Modernista em Portugal (III)", *Arquitectura*, n.º 137, pp. 16-25.

FORTY, A., 2000, *Words and Buildings – A Vocabulary of Modern Architecture*, London, Thames & Hudson.

FOUCAULT, M. entrevistado por RABINOV, P., 1997, "Space, Knowledge and Power", in LEACH, N. (ed.), *Rethinking Architecture*, London, Routledge.

FOURIER, C., 1849, *Des Modifications a introduire para l'Architecture des villes*, Paris, Librairie Phalanstérienne.

FRAMPTON, K., 1993, *História Crítica de la Arquitectura Moderna*, 6.^a Edição, 1.^a Edição 1981, Versão Castellana de Esteve Rimbau i Sauri, Barcelona, Ed. Gustavo Gili, S.A.

FRAMPTON, K., 1996, *La Forme du Logement Moderne/The Poetics of space in the Late Modern Dwelling*, Lausanne, Ecole Polytechnique Fédérale de Lausanne.

GARTMAM, D., 2000, "Why Modern Architecture emerged in Europe, Not America: the New Class and the Aesthetics of Technocracy", in *Theory, Culture & Society*, London, Thousand Oaks, and New Delhi, Sage, Vol. 17 (5), 75-96.

GUERRAND, R., 1990, "Espaços Privados", in ARIÈS, P., DUBY, G. (1991), *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, Vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores.

- HABERMAS, J., 1997, “*Modern and Post Modern Architecture*”, in LEACH, Neil (ed.), *Rethinking Architecture*, London, Routledge.
- LAUWE, P., 1960, “Sociologia da habitação”, in *Arquitectura*, n.º 68, Lisboa.
- LAWRENCE, R., 1987, *Housing, Dwellings and Homes. Design Theory, Research and Practice*, Great Britain, John Wiley & Sons.
- LE FRANC, G., 1960, *Histoire des Doctrines Sociales dans l'Europe Contemporaine*, Paris: Editions Montaigne.
- KOPP, A., 1990, *Quando o Moderno não era um estilo e sim uma causa*, Tradução de Edi G. de Oliveira, São Paulo, Ed. USP.
- PANERO, J., ZELNIK, 1996, *Las dimensiones humanas em los espacios interiores*, 7.ª Ed. Trad. Santiago Castán, Barcelona, Ed. Gustavo Gili, S.A.
- PARAVICINI, U., 1990, *Habitat au Féminin*, Lausanne, Presses Polytechniques et Universitaires Romandes.
- PEDRO, J., 1999, *Programa Habitacional*, Lisboa, LNEC.
- RAGON, M., 1986, *Histoire de l'Architecture et de l'Urbanisme Modernes – Naissance de la Cité Moderne*, Paris, Seuil.
- SPRINGBORS, P., 1981, *The Problem of Human Needs and The Critique of Civilization*, London, George Allen and Unwin.
- RAMOS, T., 2003, *Os Espaços do Habitar Moderno: evolução e significados. Os casos Português e Brasileiro*, Tese de Doutoramento em Engenharia do Território, Lisboa, IST.
- TOSTÕES, A., 1994, *Arquitectura Portuguesa nos Anos 50. Os “verdes anos” ou o Movimento Moderno em Portugal*, Tese de Mestrado em História de Arte Contemporânea, Lisboa, FCSH-UN.
- TOSTÕES, A., 2000, *Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*, Tese de Doutoramento em Engenharia do Território, Lisboa, IST.
- VIGARELLO, G., 1988, *O Limpo e o Sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Ed. Fragmentos, tradução de Isabel St.Aubyn.